

anti- capitalista

França:
Se tu nos dás 64,
voltamos a dar-te 68

P 3

Habitação:
Um truque
de ilusionismo

PP 4—5

8M:
Comam

vocês

OS

bombons!



8 de Março. E se falássemos olhos nos olhos?

texto de
Andrea Peniche

No próximo dia 8 de março, já o sabemos, vamos tropeçar em elogios à nossa extraordinária capacidade de resistirmos e sobrevivermos na adversidade, à nossa inexpugnável aptidão que nos permite assumir e desempenhar múltiplas tarefas em simultâneo, à nossa imbatível inteligência emocional, que nos faz particularmente sensíveis - e até humanas -, à nossa bondade e abnegação que nos faz assumir as rédeas dos cuidados e da dedicação às outras pessoas, ascendentes e descendentes. Provavelmente, será até um bonito momento de consenso nacional. Todos juntos contra o machismo! Todos juntos pela igualdade! E uma coisa é certa: vamos ficar de coração cheio, como ficamos todos os anos.

E se falássemos olhos nos olhos?

O consenso que se gera e o elogio em que vem embulhado são uma falta de respeito. O 8 de Março é um dia de luta. Já o dissemos várias vezes, era bom que nos escutassem. Não queremos flores, nem discursos floreados. Queremos direitos, compromissos e políticas concretas.

Sempre que ouço dizer que as violências doméstica e de género são um flagelo e que combatê-las é um desígnio nacional, pergunto: e como se pode combater as violências doméstica e de género sem, por exemplo, uma política de habitação? Como podem as mulheres abandonar a casa onde são batidas e/ou humilhadas, se as rendas custam mais do que um salário? Como se pode acenar com um protocolo entre o IHRU e as câmaras para agilizar o acesso à habitação por parte das vítimas de violência doméstica se não há política de habitação pública, se só 2% dos fogos neste país são habitação pública?

Como se pode falar em justiça, se os tribu-

nais continuam a ser classistas e machistas? Como se pode falar em algumas maçãs podres, se tantos acórdãos refletem o viés de classe dos juízes e juízas, que agem tantas vezes como se os seus padrões morais fossem a referência da moralidade e todos os outros transgressões? Lembram-se do acórdão da mulher adúltera? Adúltera.

Como se ousa elogiar as mulheres que dedicam as suas vidas a cuidar de outras pessoas, muitas vezes tendo de abandonar um trabalho com salário, e depois se aprova um estatuto de cuidador informal que é um calvário burocrático especialmente elaborado para deixar a generalidade das pessoas fora dele? Como se atrevem a continuar a considerar o trabalho reprodutivo (doméstico e dos cuidados) como não trabalho? Como conseguem fazer de conta que não sabem que o horário médio de trabalho de uma mulher é de cerca de 12h30 por dia, somando o trabalho assalariado e o doméstico e dos cuidados?

Como ousam falar em trabalho digno, se conseguem conviver, ano após ano, com a desigualdade salarial entre homens e mulheres para trabalhos iguais ou equivalentes? Onde está a dignidade em invisibilizar, afastando dos direitos e da proteção social, quem trabalha no setor informal da economia? Onde está a dignidade de um país onde tanta gente sobrevive sem acesso a nenhum mecanismo de proteção social? Onde está a dignidade de um salário que não chega para pagar a renda de casa?

De elogios e lamentos está o Inferno cheio. Sabemos que se não transformarmos o presente, o futuro repetirá o passado. E essa é a nossa urgência. Guardem, pois, os elogios no bolso, comam vocês os bombons e ponham vocês as flores na jarra. Nós estaremos na rua, que o dia é de luta e de festa.

2 Editorial

8 de Março.

E se falássemos olhos nos olhos?

3 Internacional

Se tu nos dás 64, voltamos a dar-te 68

4 Luta Política

"Aluga-se uma casa com toda a liberdade"

6 Luta Política

Tirar as lutas dos armários

7 Brasil

Por um brasil sem conflitos?!

Dossiê | Políticas de Drogas/ Retomar o debate sobre Educação

Pedro Duarte

Ema Pos

Gonçalo Reis Dias

Francisca Bartilotti

Ana Gato

Joana Canêdo

Joana Vilares

Conselho editorial

Alda Sousa

Ana Bárbara Pedrosa

Ana Pardal

Andrea Peniche

Constança Portela

Hugo Monteiro

Inês Sena

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Luís Leiria

Mafalda Escada

Patrícia Felício

Rodrigo Sousa

Sofia Lopes

Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação

José Costa Torres

Participaram nesta edição

Adriano Campos

Alda Sousa

Ana Gato

Andrea Peniche

Beatriz Realinho

Carlos Machado

Carolina Sousa

Ema Pos

Francisca Bartilotti

Gonçalo Reis Dias

Hugo Monteiro

Joana Canêdo

Joana Vilares

José Miguel Ricardo

José Costa Torres

Leonor Figueiredo

Maria Manuel Rola

Patrícia Felício

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

“*Si tu nous mets 64, on te re-mai 68*”*

**Se tu nos dá 64, voltamos a dar-te 68*

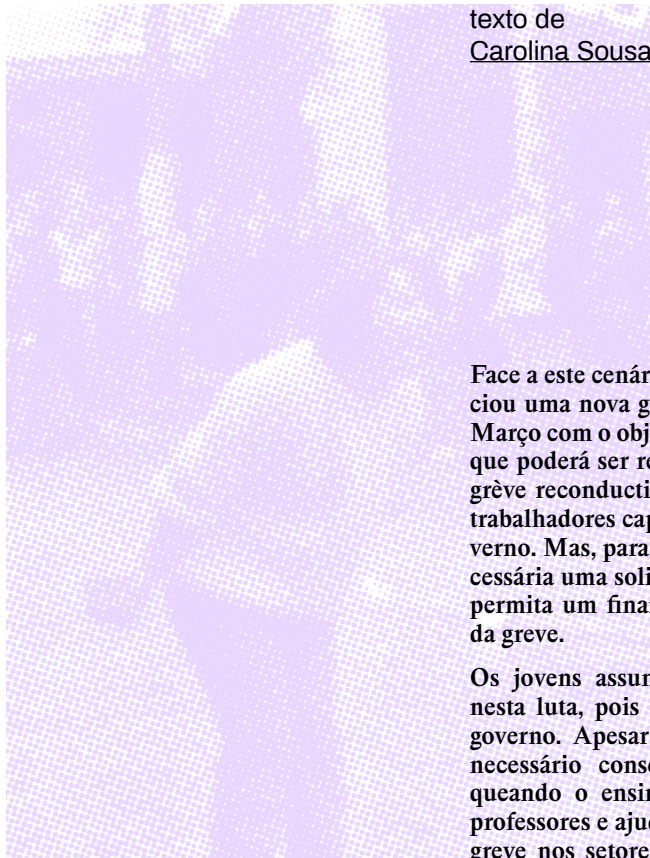
Após um primeiro mandato marcado pelo movimento dos “coletes amarelos”, Emmanuel Macron enfrenta agora um novo movimento social massivo contra a reforma das pensões que prevê o aumento da idade da reforma para os 64 anos.

O projeto lei sobre as pensões foi apresentado no início de janeiro como sendo uma reforma “justa” e “necessária”. Rapidamente, o Conselho de Orientação das Reformas (instituição ao serviço do primeiro ministro criada para assegurar o sistema de reformas francês) veio provar que o regime por repartição (termo técnico para sistemas de pensões baseado em descontos/contribuições dos trabalhadores) não está em risco e que esta reforma é profundamente injusta prejudicando os trabalhadores, sobretudo mulheres e imigrantes.

No dia em que a reforma foi anunciada, os sindicatos franceses uniram-se e apelaram a um primeiro dia de greve e de protestos para 19 de janeiro. Se um acordo intersindical - que não acontecia há 12 anos -, era já visto como algo histórico, tudo se tornou mais marcante com o anúncio da participação de 1.12 milhões de pessoas nos protestos, segundo o Ministério do Interior, e de 2 milhões de pessoas, segundo a CGT. Na mobilização subsequente, a 31 de janeiro, os números aumentaram atingindo entre 1,2 milhões e 2,8 milhões de pessoas, segundo as mesmas fontes. Apesar de ao longo de fevereiro os números terem diminuído, a forte mobilização mantém-se e a população continua nas ruas para exigir pensões dignas.

Os jovens também aderiram à luta contra a reforma de Macron, não só nas ruas, mas nas faculdades e liceus onde se têm organizado Assembleias Gerais, bloqueios, como na Faculdade de Rennes de 2 a 6 de Fevereiro, e ocupações, como no campus de Tolbiac da Sorbonne a 15 de fevereiro. A adesão dos estudantes ao movimento deve-se não só à solidariedade para com os trabalhadores, mas também por perceberem que serão, no futuro, os mais afetados por esta reforma.

É importante não esquecer que este mo-



texto de
Carolina Sousa

Face a este cenário, a intersindical anunciou uma nova greve geral para dia 7 de Março com o objetivo de “parar o país” e que poderá ser renovada diariamente. A greve reconductible” é a única arma dos trabalhadores capaz de fazer recuar o governo. Mas, para que seja viável, será necessária uma solidariedade nacional que permita um financiamento colaborativo da greve.

Os jovens assumem um papel crucial nesta luta, pois são o “pesadelo” deste governo. Apesar da sua mobilização, é necessário conseguir amplificá-la bloqueando o ensino superior junto com professores e ajudar os trabalhadores em greve nos setores essenciais, por exemplo participando nos piquetes de greve, como tem vindo a acontecer.

É ainda relevante constatar que, paralelamente ao movimento social em França, assistimos também a uma das maiores greves que o Reino Unido conheceu na última década, a greves e mobilizações de professores em Portugal, grandes protestos em Espanha no setor da saúde e à revolta do povo peruano que não recua perante o governo golpista e liberal de Dina Boluarte.

Portanto, o desassossego social um pouco por todo o mundo, apesar de despertados por razões diferentes, tem um ponto em comum : são o revés do sistema capitalista. O sistema está em crise e enfrenta uma classe trabalhadora unida e pronta a lutar “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Construir um outro modelo de sociedade, no contexto atual, não só é possível como é imperativo.

vimento ultrapassa já a própria reforma das pensões e centrando-se nas possíveis políticas liberais de futuras de Macron, feitas pelas e para as elites financeiras - o caso dos projetos lei em discussão no Conselho de Ministro, como a Lei Darmanin, cujo o objetivo é facilitar a expulsão de estrangeiros As consequências destas políticas serão dramáticas, não só ao nível económico e social para trabalhadores e minorias, mas também porque poderá abrir as portas para a eleição da extrema direita em 2027, que tentará manipular o descontentamento social.

O plano de luta que a CGT tem vindo a preparar poderá levar a uma derrota: greves e manifestações pontuais, apesar da forte adesão, não farão recuar Macron que se move a mando dos grandes patrões, cujos lucros dificilmente são impactados por greves isoladas.

“Aluga-se uma casa com toda a liberdade”¹

texto de Maria Manuel Rola

Os Governos liderados por António Costa têm vindo a encher a boca para falar da prioridade na habitação. Se inicialmente se alcançaram reversões e avanços importantes, como o imposto Mortágua no imobiliário de luxo, ou as alterações na lei do arrendamento apoiado e nas dívidas contraídas no caso da habitação apoiada - consequência da intervenção da direita -, na criação de um novo programa público de reabilitação e construção de habitação, que não replicasse problemas destes programas no passado, ou ainda na concretização - difícil e muito relevante - da Lei de Bases da Habitação, a execução destas medidas ficou profundamente comprometida.

A par do desenvolvimento destes documentos orientadores da intervenção pública na habitação, António Costa e os seus ministros das finanças não quiseram confrontar ou sequer refrear a especulação imobiliária e os interesses do setor imobiliário, da construção, da banca e do turismo a que a direita tão bem soube dar gás e a que o Partido Socialista deu oxigénio. Os vistos gold, viveiros de corrupção e lavagem de dinheiro, mantiveram-se. Em Lisboa e no Porto e tantas outras cidades, em edifício comercial de serviços, turístico e através de fundos imobiliários. O rebranding de anúncios não resolve o problema da habitação.

Foi esta notável intencional inação no desenvolvimento de políticas de combate à especulação imobiliária que nos trouxe onde estamos. À exceção do imposto Mortágua, nenhuma outra medida relativamente à grande propriedade e ao açambarcamento de imobiliário pós-

-crise 2008 teve resposta consequente em regulação concreta e arrecadação de impostos para responder e reforçar a tão necessária provisão pública e o orçamento de programas como o Primeiro Direito ou a Bolsa de Imóveis Públicos.

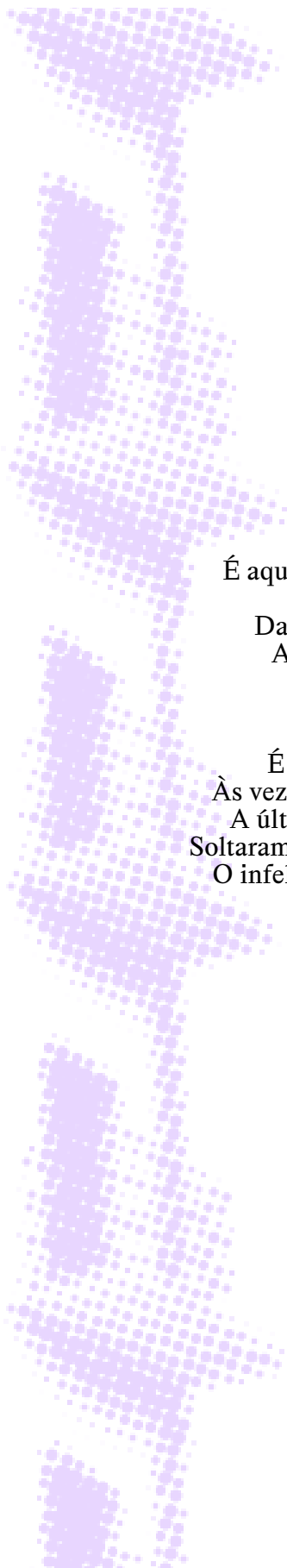
Ao mesmo tempo, os preços de terrenos e casas, para compra ou aluguer foram catapultados para o nível de cidades em que o salário médio - e mínimo - ultrapassa em muito o de Portugal. Neste contexto, e de forma velada, este Governo, não satisfeito, foi transformando a construção e reabilitação a custos controlados em habitação “acessível”. Esta mudança de agulha que retira as restrições que limitavam preços, através da articulação entre o preço de construção e a capacidade de pagamento das pessoas, e aponta as políticas para uma generalização de indexação das respostas habitacionais à bitola do mercado é um erro que os governos do PS nos legam enquanto sociedade. Também no Porta 65 ocorreu esta formatação à lei do mercado. A generalização da dita renda acessível aplicada a instrumentos que tinham outra lógica confere ao mercado - e não ao interesse comum e ao bem-estar da população - o poder de regulação, num país em que o investimento de capital estrangeiro consegue duplicar o valor de compra e de renda de residentes, sem que os salários de quem trabalha no país se tenham duplicado.

Nesta resposta de sempre a toda a multiplicidade de perguntas e à complexidade do tema se desmascara a propaganda de “uma revolução” institucional na forma de encarar a habitação. Se passos foram dados que podiam “desenhar essa casa”,

a argamassa de que ela é feita é tão leve quanto o ar: Plano de Recuperação e Resiliência e Renda Acessível. Se em João Pedro Matos Fernandes e Ana Pinho se encontrava apenas o segundo e ainda não canibalizando toda a resposta, em Pedro Nuno Santos e Marina Gonçalves acrescenta-se o primeiro e apimenta-se o segundo. Para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, o Governo aprofundou o pacto com os interesses imobiliários.

Não é de estranhar, portanto, que exista, nos movimentos sociais e à esquerda, toda a desconfiança com os costumeiros anúncios do Governo e com a também habitual agressividade despropositada da direita e dos porta-vozes dos proprietários. O modus operandi, já o sabemos, tem sido propor que tudo mude para que fique tudo mais ou menos na mesma e que se brandam, pela direita, argumentos toscos, pouco sérios e bastante inflamados numa corrida desconcertante ao ridículo. A direita associa propriedade à liberdade, o Governo pede licença para entrar. O que pode mudar agora, e certamente mudou alguns dos alvos da retórica do Governo, é que quem vive no país com o rendimento corrente já não aguenta não poder ter liberdade para alugar uma casa, ter de o fazer a horas de distância dos centros das cidades onde trabalha, sem água ou quintal, com um ano de caução e mesmo assim viver numa arrecadação. O Governo compreendeu isso e a força da mobilização que está em formação, mas a agulha e lógica que tem em andamento não está preparada, nem sequer apontada, para o que é necessário.

Num país em que se diz que a maior parte da população é proprietária, muitas das pessoas já não têm acesso à propriedade e, no Porto e em Lisboa, chega-se vertiginosamente, e ainda bem, perto de virar a página da propriedade (com valores de percentual de arrendamento que rondam os 45%). Ao mesmo tempo, é nestas cidades que o número de contratos de arrendamento menos aumentou desde 2011, o que se estranha, já que é o modelo de ocupação que habitualmente ganha mais expressão em situações de crise. E é também nelas e nos seus arredores que esta onda que cresce se tem levantado, nos escombros de mobilizações recentes menos frutíferas, pelo direito a uma vida boa que permita o pagamento de um teto e de transportes, que nos permita viver próximo do trabalho e da escola dos miúdos, que não nos expulse e nos obrigue a perder horas em transportes ou rios de dinheiro, de tempo e de vida do planeta na gasolina. São estas mobilizações que exigem que o acesso à habitação não se mantenha na esfera do mercado e enquadrado por políticas neoliberais. Que exige a reversão de propostas de terceira via e o retorno de políticas de habitação pública e cooperativa, de regulação das rendas e do arrendamento, de uso da propriedade na sua função social. São ainda elas que levaram a que o Governo tivesse necessidade de apresentar um programa semanas depois de apresentar o mesmo programa de sempre. É suficiente? Não. É um truque de ilusionismo, mas a mobilização que os obrigou a essa ação é a força motriz da transformação. E está em curso.



*Aluga-se uma casa com toda a liberdade
É aqui mesmo pertinho a duas horas da cidade
A sala é nos fundos no fim do corredor
Dando um ano adiantado não precisa fiador
A casa é muito boa porém não tem quintal
Às vezes falta água mas isto é natural
Quase não tem criança para aborrecer
Pois cada inquilino tem apenas um bebe
É um silêncio profundo não se vê ninguém
Às vezes uma briguinha mas sempre acaba bem
A última que houve foi com seu José da frente
Soltaram-lhe um funk que o coitado está demente
O infeliz já foi parar no hospital de São Vicente

¹ *Título da música de Moreira Da Silva

Tirar as lutas dos armários

texto de [Beatriz Realinho](#)

Ao falarmos de interior pensamos em territórios com baixa densidade populacional, população mais envelhecida, uma forte presença do catolicismo, existindo um maior conservadorismo aliado a um sistema cisheteropatriarcal.

Enquanto pessoas LGBTQI+ temos que viver duas vidas distintas: a que vivemos na cidade em que escolhemos estudar, e outra quando voltamos para as nossas terras junto da família que não nos conhece realmente. “Sentimo-nos fora do armário e mostramo-nos revolucionárias, mas depois chegamos a casa dos nossos pais, sentamo-nos à mesa e parece que está tudo por fazer.”¹ (Fado Bicha). A pandemia fez com que muitas de nós tivéssemos que voltar para essas mesmas casas que nos oprimem e não nos aceitam, a crise na habitação obriga-nos a permanecer por lá, colocando-nos em situação de isolamento social, sujeitas a vários tipos de violências.

Em cidades do litoral observou-se um avanço no trabalho em estruturas representativas LGBTQI+ com planos municipais inclusivos, que contrasta com muitas regiões do interior onde a falta de recursos humanos e financeiros faz com que exista um desleixo político a nível local para a aplicação destas políticas. A falta de informação e formação em questões LGBTQI+ na sociedade afetam a nossa vida e existência, não garantindo o acesso igualitário e democrático na saúde, educação, à justiça e ao trabalho.

Para que se quebre este “manto de invisibilidade” é necessária uma política que faça frente ao sistema que é dominado

por uma lógica neoliberal, combatendo a mercantilização das nossas lutas por empresas que se pintam de arco-íris quando lhes convém. O mercado nunca é democrático, pois reforça dinâmicas de classe e de poder, “para se aceder a bens e serviços é preciso ter dinheiro, o mercado estabelece por isso sempre fronteiras de classe”². Apesar de um movimento cheio de energia jovem que enche as ruas de norte a sul do país sente-se ainda o pouco espírito de coletivo - “as estruturas não deixam de existir por tentarmos escapar-lhes individualmente; ou por reivindicarmos para nós outras classificações; ou por mudarmos a nossa performance de género (...) Precisamos de coletivos e de lutas políticas feitas em conjunto.”³

A reivindicação do corpo LGBTQI+ no espaço público, assim como da sua liberdade é imperativa e é uma luta constante, pois para além da exigência de sermos vistas na resposta institucional a que temos direitos, também lutamos pela social. Cabe-nos a nós enquanto ativistas politizadas contraírmomos esta tendência e procurarmos criar laços e espaços, de forma a construir um movimento em marcha e em força, assumindo a tarefa de colocar as reivindicações políticas no comando.

ousadia
de quem
sabe o
que quer

¹ Entrevista Fado Bicha no Setenta e Quatro

² Ponto 9 do Documento Orientador do I Fórum LGBTQI+

³ Ponto 12 do Documento Orientador do I Fórum LGBTQI+

Por um Brasil sem Conflitos?!¹

texto de Carlos RS Machado

Ninguém quer ou gosta de confusão, de intriga ou de discordar dos outros/as sem algum motivo. Sempre há algo como gerador do conflito, ou seja, um problema que motiva a discordância e/ou a divergência. Na esfera social, os conflitos indicam que há um problema que decorre da apropriação, uso e distribuição desigual da riqueza produzida pela transformação da natureza pelo trabalho, sobre quem cairão os malefícios e a quem será beneficiado por tais atividades. Ou seja, no centro dos conflitos estão relações desiguais entre os humanos e com a natureza/meio ambiente.

No observatório, mapeamos e estudamos conflitos sociais, ambientais e urbanos na cidade do Rio Grande e região desde 2011 e, desde 2015, no Uruguai, visando refletir sobre as injustiças e as desigualdades em conexão com uma educação para a justiça ambiental em trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado e tese de doutorado no programa de pós-graduação em educação ambiental (PPGEA/FURG). No momento, mapeamos conflitos (nos jornais *El País* e *La diária*, do Uruguai, e *Jornal Agora* e *Diário Popular*, do Brasil) que ocorreram entre 2018 e 2021.

Os problemas vividos/sofridos pelos demandantes (as pessoas que se mobilizam e se manifestam publicamente), que se expressam nas ruas denunciando uma situação causada por outros (os demandados) como uma empresa, um órgão público, uma instituição, etc. Assim, quando o conflito é manifesto, aparece em notícias de jornais ou na mídia indicado por uma manifestação (passeata, greve, bloqueio de ruas, estradas, ocupações, etc.); e quando o conflito é latente, chamamos de problema (contaminação, remoções, mineração, assédio, por exemplo), isto porque, ainda, não se fez emergir manifestações, não vieram a público.

Mas, também a sociedade brasileira é perpassada por problemas latentes mais amplos que a maioria esmagadora vive e sofre como o machismo, o racismo, a ho-

mofobia, etc. que precisam vir à tona para discussão e a construção de alternativas. Mas, tais conflitos latentes encerram uma complexidade a reflexão, pois a relação dos mesmo com a “materialidade relacional” é indireta. Por exemplo, a relação do racismo ou do machismo com a apropriação da riqueza material é indireta, e vai além disso, pois envolve relações de poder e de domínio entre as pessoas, além de terem sido construídas secularmente e perpassam o cotidiano de cada uma em suas relações.

Enfim, para termos um Brasil sem conflitos (sociais, ambientais e urbanos), em primeiro lugar, todas e todos deveriam ter garantida moradia, emprego, comida, atendimento gratuito e com qualidade na saúde e no ensino em todos os níveis; não ser contaminado, minerado, não ter seus territórios invadidos por empresas em busca de lucro ou suas florestas e habitats naturais destruídos; que os animais não fossem escravizados ou explorados e que não houvesse meninos e meninas “em situação de rua”, assim como adultos e idosos/as. Nosso trabalho no Observatório dos Conflitos estuda e denuncia as injustiças aí presentes buscando com e pelos que as sofrem a sua superação. No caso, dos conflitos latentes (racismo, machismo, homofobia, etc.), na luta pela utopia acima, desde já, cada um/a de nós deve ir problematizando e produzindo novas relações, relações solidárias, de respeito, ao mesmo tempo em que vamos desestruturando aquelas que articulam a dominação e a exploração travestidas de racismo, machismo, homofobia, etc.

Educativamente, aprendendo e apreendendo uns com os outros e outras, unindo-nos em nossas diferenças e divergências contra os antagonísticos (as elites, os ricos, os poderosos, os racistas, os machistas) que vivem e se beneficiam do sistema de injustiça criado por eles.

A eleição de Lula (out.2022), no Brasil, em alternativa aos vividos pela maioria da população brasileira, principalmente pelas crianças e idosos, nos últimos (qua-

tro anos), mas que vem sendo produzida desde 2016 quando a presidenta Dilma sofreu um golpe jurídico-midiático-parlamentar, esperamos que as políticas públicas sejam retomadas. Isto porque, o descaso do governo Bolsonaro (e seus apoiadores civis e militares, religiosos, nazistas, fascistas, etc.) com crianças, idosos e pessoas mais necessitadas, os indígenas, os trabalhadores/as, os pobres, com os que passam fome que assola 33 milhões de brasileiros e outros 125 milhões que vive na insegurança alimentar, são urgentes. Isso é vergonhoso para um país que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Quem tem fome tem pressa, disse Betinho!

Esperamos que, políticas públicas que garantam o respeito pelos direitos de todos e cada um/uma; políticas públicas especialmente dirigidas aos idosos e às crianças; que ajudem a combater a fome e a insegurança alimentar, sejam completadas com ações democráticas, de cidadania, de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia, de forma permanente, até que não necessitemos delas devido à incorporação nas práticas cidadãs da solidariedade, do respeito às diferenças e à diversidade.

Estamos juntos na pesquisa, no estudo e nas lutas!

¹ Artigo publicado na edição IX do *JornalECO*, inverno de 2022, e pode ser acessado no site do Observatório: <https://observatorioconflitosextremosul.furg.br/livros-do-observatorio>, acesso 19 de outubro de 2022. Atualizado e revisto para este periódico.

dossiê

#59 SÉRIE II MARÇO 2023



Políticas de Drogas / Retomar o debate sobre Educação

Dar água com caneco: Pensamentos sobre política de drogas

texto de Ema Pos e Gonçalo Reis Dias

com o contributo de Francisca Bartilotti, Ana Gato, Joana Canêdo e Joana Vilares

PASSADO

Imaginar um futuro longe do proibicionismo não é difícil. Sabe-se que os seres humanos têm apreciado o consumo de drogas, pelas mais variadas razões e de forma mais ou menos livre, praticamente desde os princípios da sua existência (e esta prática nem é sequer exclusiva da nossa espécie). Além disso, é importante lembrar que a história do proibicionismo como o conhecemos tem pouco mais de 100 anos. Excetuando algumas instâncias em que alguma forma de proibicionismo foi usada com o intuito de controlar grupos marginalizados através dos seus consumos - como o caso dos romanos, que tentaram oprimir os cristãos, impedindo o seu consumo de vinho -, as sociedades souberam tolerar os consumos dos seus cidadãos sem grande preconceito e prejuízo. Também o proibicionismo moderno, melhor ou pior disfarçado, não se terá afastado deste objetivo. Sabemos como a guerra às drogas, nos Estados Unidos, serviu como pretexto para a marginalização das comunidades de chineses, mexicanos e negros.

Conhecendo a história da dependência, entendemos como sempre foi mais fácil classificar a pessoa dependente (apontar o dedo e dizer “é aquele o viciado!”) do que definir a sua dependência e explicar porque lhe era aplicado esse rótulo. Também foi sempre mais fácil apontar esse dedo às classes oprimidas do que esticá-lo na direção duma pessoa privilegiada, independentemente dos seus padrões de consumo. Entendemos como políticas mais restritivas em termos de drogas contribuíram diretamente para padrões de consumo mais nocivos para quem usa drogas e para as pessoas que os rodeiam - falamos do aumento das taxas de transmissão de infeções, da criminalidade, da prevalência de perturbações por uso de substâncias, da marginalização de grupos já em situações precárias.

Em Portugal, após o 25 de Abril, com a rápida abertura dum país outrora extremamente fechado e sem informação disponibilizada sobre os riscos associados ao consumo de drogas, o número de pessoas com problemas relacionados com o uso de determinadas substâncias veio aumentar em larga escala. A estratégia inicial do governo português foi, entre 1975 e 1987, principalmente, a da repressão. Consequentemente, viu-se a dependência a tornar-se um problema cada vez mais incidente, atingindo todas as classes sociais, ao contrário de outros países, em que se mantinha concentrado em certas classes marginalizadas. Desde 1977 que só o Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, no Porto era responsável pela administração de metadona a pessoas com dependência de heroína. Foi, em 1987, com a abertura do Centro das Taipas, em Lisboa, uma unidade médica especializada no trata-

mento das dependências de substâncias, que se viu uma maior aproximação à possibilidade de tratamento destas pessoas, porém com poucas alterações no panorama nacional.

Na mesma década, em Amesterdão, nasceu o conceito da redução de danos, tendo permitido uma aproximação às necessidades das pessoas que usam drogas (PUD), pela oferta dum tipo de tratamento para os problemas que pudessem estar associados aos seus consumos sem ter a abstinência de drogas como requisito ou objetivo final. Associados ao programa de Amesterdão estavam carrinhas de distribuição de metadona, clínicas para a sua administração, comunidades terapêuticas, programas de troca de seringas e de distribuição de preservativos. Através destes serviços, foi possível estabelecer um primeiro contacto positivo entre as pessoas com problemas associados ao consumo de substâncias e os seus futuros cuidadores, facilitando a troca de conhecimento entre ambas as partes e possibilitando alterações nas atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação ao seu consumo. Este era e é o foco principal dos programas de redução de danos. Podemos naturalmente imaginar como estas medidas, para serem eficazes, devem ser apoiadas por leis em sua conformidade e um exemplo de referência mundial, neste campo, é o português.

Em 1999, foi aprovada e publicada a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga (ENLCD). Graças à implementação da mesma, em 2000, foi aprovada a lei da descriminalização da droga (Lei nº30/2000). Esta lei pioneira entrou em vigor em novembro de 2001, prevendo a descriminalização da posse e do con-

PRESENTE

Apesar das consequências majoritariamente positivas que a Lei nº30/2000 permitiu, quando comparada com o modelo de lei anterior, é importante realçar as contradições presentes na política de droga portuguesa.

Contrário ao espírito da Lei nº30/2000, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº8/2008, de 5 de agosto, volta a arrastar para a esfera penal algumas pessoas que tenham em sua posse drogas comprovada e exclusivamente para o seu próprio consumo. Embora a Lei nº30/2000 estabelecesse um limite na quantidade de droga que uma pessoa pudesse possuir, esta não estabelecia sanções para quem excedesse esse limite, caso a sua intenção fosse somente o consumo. Para colmatar esta lacuna, o Supremo posicionou-se, reinstaurando o artigo 40º do Decreto-Lei nº15/93, que punia o crime do uso de drogas, quando a quantidade possuída excedesse a quantidade média para consumo num período de 10 dias, sendo a pena de prisão até 1 ano ou de multa até 120 dias. Aquilo que se observa, desde 2008, é um crescendo nas penas aplicadas a PUD sem qualquer intuito de venda ou outra atividade ilícita, incluindo o seu encarceramento.

Além da criminalização indevida, a avaliação em sede duma CDT, ainda que seja um passo necessário à ausência duma sanção penal, no nosso enquadramento legal, não deixa de poder ser uma experiência estigmatizante para quem não tem um consumo de risco - 86% dos utentes avaliados nestas comissões, de acordo com dados do SICAD para 2021. E, para quem o tem, a possibilidade duma experiência dominada pelo paternalismo, com a entrada num percurso terapêutico orientado para a abstinência, onde a preferência por uma terapêutica de substituição ou outra pode não ser permitida e o estigma ecoa, dissuadem muitos de continuar a reabilitação.

A classificação das drogas em leves e pesadas não é uma classificação científica. O seu estatuto legal também não o é. Tampouco se relacionam estas classificações com a capacidade de determinada droga causar dano. A ciência demonstra como virtualmente qualquer substância pode ser usada com segu-

rança, em contextos específicos. São a dose e também as circunstâncias que fazem o veneno. Os maiores perigos do consumo recreativo de opioides prendem-se não com os opioides em si, mas com o seu estatuto legal, que impede quem os consome de ter informação relativamente à sua composição e dosagem, com risco de overdose ou intoxicação com uma substância não antecipada. Estes perigos podem ser eliminados através de modelos de Safe Supply, como os que surgiram em Vancouver, primeiramente, de base comunitária, entretanto enquadrados no sistema de saúde da província de British Columbia.

O acompanhamento social e de saúde das PUD em Portugal é também feito por associações de base comunitária. O mesmo se aplica aos primeiros projetos de salas de consumo assistido e de serviços de drug-checking, passos fundamentais para acompanharmos a evolução do conhecimento científico em matéria de RRMD. Os resultados favoráveis em saúde atribuídos à política nacional assentam em grande parte no trabalho destas organizações.

Nenhuma análise da situação presente estaria completa sem um olhar à situação específica da cidade. As PUD no Porto foram e são, ainda hoje, sistematicamente discriminadas no acesso ao emprego e à habitação. A dificuldade no acesso à habitação na cidade do Porto é um problema que tem vindo a contagiar vários grupos sociais, não poupando as PUD. A possibilidade de viver em casa própria, comprada ou arrendada, é cada vez mais remota para os residentes da cidade.

A atração do investimento para a requalificação das zonas mais prestigiadas da cidade faz-se à custa do afastamento dos residentes, acompanhada da transição do mercado imobiliário dum modelo destinado à habitação para um de especulação e capitalização. O acesso à cidade divide-se, com fronteiras delimitadas em função do poder de compra. A concentração da compra e venda de drogas em zonas de habitação social relaciona-se com esta divisão.

O caso do bairro do Aleixo é talvez o mais conhecido. Localizado em território nobre, em frente ao rio, à entrada da Foz, o lote permanece vago desde a demolição, aguardando a prometida construção de habitação social, o pequeno preço da alienação de parte desse património público para vir a alojar um projeto imobiliário de luxo.

Os argumentos para a demolição passaram pelo desenho do bairro, em altura e com zonas de contacto entre os apartamentos no cerne do edifício, que, se em anos anteriores era objeto de admiração por arquitetos nacionais e não só, passou a ser desatualizado, propiciador do tráfico e inibidor da intervenção policial e, portanto, inadmissível. Construiu-se uma narrativa desumanizadora, securitária, que ignorou as vivências dos moradores de largas décadas e se focou na caracterização do bairro como um mercado de droga irremediável. A demolição foi retratada como a única solução.

O plano de integração social das pessoas deslocadas desconhece-se. Foram distribuídas por outros bairros sociais da cidade, desfazendo-se dinâmicas comunitárias e redes de apoio com décadas de existência. Negligenciaram-se as relações entre vizinhos e amigos de longa data, privilegiando-se uma técnica de “combate ao tráfico” sem plano traçado a longo prazo, através da dispersão dos residentes, baseada em crenças e não na evidência.

Sabemos hoje que o tráfico se agrega não só onde há procura - e desengane-se quem acredita que esta só existe nas zonas carenciadas; mas também em zonas onde habitam populações mais desfavorecidas, por serem menos visíveis. Nestas zonas, convergem também múltiplos fatores socioeconómicos que favorecem o consumo de drogas, seja ele de risco ou não, como a pobreza, a doença mental, vivências de violência e discriminação. Há ainda uma possibilidade dum rendimento através do mercado paralelo que, para alguns, fruto da marginalização, pode ser o único acessível.

Como tal, torna-se evidente como crises da habitação como a que se vivencia na nossa cidade, e manobras de apropriação de terrenos de interesse imobiliário, que desagregam e marginalizam comunidades, como a testemunhada no Aleixo, culminam num agravamento da problemática de drogas da cidade.

Estratégias eficazes de RRMD terão de adoptar a perspectiva do espaço vivido e reivindicar o direito à cidade para todos os seus habitantes, fomentando o acesso universal à habitação e ações de base comunitária que fortaleçam os laços entre vizinhos.

Para isso, interessa também combater o retratamento mediático de certas zonas da cidade como problemáticas, que desumaniza quem nelas habita e alimenta as animosidades entre moradores da mesma cidade, alicerçado numa narrativa moralista, discriminatória, e que estigmatiza os cidadãos.

Simplesmente não é verdade que uma política de drogas baseada na saúde, como a nossa, favorece quem usa drogas em relação aos restantes cidadãos. Não existe a dicotomia “PUD” e “restantes cidadãos”. Somos todos habitantes duma mesma cidade, dum mesmo espaço, de igual direito.

FUTURO

O estudo detalhado do passado das políticas de drogas e a análise contextualizada do seu momento presente não nos seriam úteis se não para abrir caminho para um futuro mais justo e sensato no que concerne às mesmas políticas. Que visão temos então dum futuro pós-proibicionista?

Queremos um compromisso com uma abordagem interdisciplinar; com a inclusão da educação sobre o uso de drogas, redução de danos e maximização de benefícios através das várias disciplinas; serviços associados ao consumo de drogas, como as salas de consumo assistido, acessíveis e inclusivos; o desenvolvimento e crescimento dos serviços sociais; a regulação responsável

de mercados legais de drogas; uma coordenação coesa entre especialistas de redução de danos e profissionais de saúde; a introdução de pares nos serviços sociais e de saúde; reparações que tenham em conta as implicações socioeconómicas que a criminalização teve para certos grupos e que procurem endereçá-las; uma solução para a frágil relação entre as PUD e as forças de segurança; a ausência de barreiras ao acesso a serviços de drug-checking. É importante intervir diretamente na comunidade, nas áreas da educação, da saúde e da habitação, acompanhando estas medidas com o desenvolvimento em paralelo de políticas adequadas.

No campo da educação, acreditamos na importância de um ensino sobre drogas obrigatório e baseado na evidência e que este deverá ser iniciado, desde cedo, nas escolas. Também deverá ser oferecido aconselhamento voluntário acerca do uso de drogas, para os responsáveis pelas crianças em idade escolar. Quais são as restrições que existem, hoje, para que isto não aconteça e por que é que existem?

Além disso, defendemos a remoção de linguagem estigmatizante das várias vias de comunicação assim como promoção da utilização de termos não estigmatizantes, envolvendo ativamente PUD, neste processo. É necessário fornecer a estas pessoas os recursos necessários para que possam exercer uma educação de pares, particularmente aos profissionais de saúde que trabalham com este grupo, e investigar estes termos localmente, de maneira a que se possam prover recomendações sobre que termos abandonar ou utilizar.

Relativamente à área da saúde, defendemos o afastamento da sobremedicalização das PUD, sendo premente delinear um padrão de consumo que be-

nefície de assistência médica de um uso responsável de drogas, protegendo os direitos de autonomia corporal e liberdade cognitiva das PUD. Ainda assim, consideramos urgente o incremento e desenvolvimento das estruturas de redução de danos e de tratamento disponíveis, de acordo com a Ação 32 da Estratégia da União Europeia em matéria de Drogas 2021-2025, enfatizando uma prática centrada na escolha do paciente, não discriminatória, não coerciva e sensível ao género. Queremos um aumento da acessibilidade a fármacos reversores de overdose para as PUD, devendo a naloxona ser-lhes disponibilizada gratuitamente e sem restrições e um aumento do número e capacidade das salas de consumo assistido, devendo ser feito um levantamento de todos os locais em que a população possa beneficiar da sua existência, sendo-lhes disponibilizado posteriormente esse serviço - é indispensável auscultar as necessidades de quem usa estes espaços, entendendo as dificuldades que possam ter ao seu acesso, podendo ser necessário facilitar um espaço separado para grupos marginalizados, quando requeridos pelas comunidades em questão. Além disso, é relevante ponderar a hipótese de salas de consumo assistido autogeridas ou geridas pela comunidade e não exclusivamente pelos serviços de saúde. A grave falha na acessibilidade a serviços de redução de danos na população prisional deverá ser colmatada. Deverão existir serviços universais e gratuitos de drug-checking acessíveis a toda a população que os requeira.

A nível legal, somos a favor da total descriminalização do consumo de drogas. É preciso abandonar o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº 8/2008 e, com ele, a noção de crime de consumo, pondo fim ao encarceramento de PUD, devido aos seus consumos. Do mesmo modo, dever-se-iam extinguir todas as

sanções relacionadas com o consumo de substâncias. É essencial parar de medir o sucesso das políticas de drogas através da contagem de drogas apreendidas, das medidas de prevalência e incidência de consumo de drogas e das taxas de abstinência. O uso de drogas por si só não deve ser censurado e é na diminuição dos problemas associados ao uso de drogas, seja a criminalidade, sejam as taxas de transmissão de infeção, e no incremento da saúde e bem-estar de quem as usa assim como das pessoas que as rodeiam que podemos realmente observar o seu êxito.

Vemos a descriminalização como o caminho para a liberalização, sendo este o passo fundamental para a verdadeira regulação do mercado das drogas. A História mostra-nos que políticas repressivas não só reforçam o poder do narcotráfico, como foi o caso da lei seca, nos EUA, como também reforçam e estimulam padrões abusivos de consumo. O único caminho para o fim de anos de violência perpetuada pelo narcotráfico e as forças policiais, para o incremento da saúde das PUD, para a verdadeira inclusão e integração destas pessoas na sociedade, para uma sociedade compassiva, livre, justa e evoluida é o caminho da liberalização.

Pela revitalização do pensamento e debate político em educação

texto de *Pedro Duarte*

Encontramo-nos, hoje, num contexto no qual a reflexão (política) sobre educação parece ter espaço na agenda mediática. Meramente como exemplo, saliento dois tópicos que têm sido recorrentes na comunicação social desde o início deste ano.

Em primeiro, os exames nacionais. Diferentes crónicas, posições (mais ou menos infundadas) sobre a sua pertinência ou inadequação, posturas por vezes entusiastas vão sendo divulgadas por vários órgãos de comunicação. Nestas intervenções, consegue-se, com algum esforço na procura, constatar os mais variados posicionamentos: aqueles que defendem a necessidade de aumentar a exigência do sistema e, por isso, a exigência das provas; os que advogam pela possibilidade de aumentar o número de exames nacionais, como condição necessária para a liberdade de escolha no acesso ao Ensino Superior; os que entendem a inevitabilidade dos exames nacionais porque todos os países desenvolvidos os têm; há quem assevere que os exames nacionais aumentam a desigualdade e a injustiça do sistema, mas, igualmente, quem assegure que é a existência dos exames que diminui essa mesma desigualdade e injustiça. Percebemos, portanto, a pluralidade de posicionamentos sobre o tema. Uma vez que os exames nacionais têm inegáveis repercussões nas dinâmicas organizacionais das escolas e nas distintas experiências pedagógico-curriculares vivenciadas pelas crianças e jovens, particularmente – mas não exclusivamente – os que frequentam o Ensino Secundário (embora, curiosamente, ou não, estes estudantes pouco ou nenhum realce mediático tenham tido sobre este assunto), o seu debate é, efetivamente, um debate relevante para e sobre a educação em Portugal.

Em segundo, e com um destaque mais evidente e prolongado: as greves e as manifestações dos docentes e demais profissionais da educação. Também aqui a cobertura da comunicação social, assim como as opiniões partilhadas têm sido amplas. Por um lado, verifica-se um acompanhamento em diferentes períodos noticiosos tanto em relação à greve dos profissionais e ao fecho das escolas, como em relação às manifestações realizadas por estes mesmos profissionais, em Lisboa. Por outro lado, pululam perspectivas várias sobre o movimento que argumentam a legitimidade das reivindicações dos docentes; que explicitam a inadequação da estratégia de greve; que aclaram como os encarregados de educação estão a deixar de apoiar as greves (apesar de pouco se considerar as perspectivas dos estudantes que quase parecem ficar fantasmagoricamente escondidas); que as reivindicações não são apenas em relação ao tempo de serviço, mas antes uma postura mais abrangente a favor da escola pública; que a estratégia de greve assumida por um dos sindicatos não respeita o espírito da lei ou que a imposição de serviços mínimos nas escolas contradiz a própria razão do direito à greve. Notam-se, pois, racionalidades que evidenciam, uma outra vez, como a comunicação social tem conferido espaço a aspetos associados à educação e como tal se traduz na diversificação de posições sobre o tema.

Os exemplos apresentados visam, sobretudo, ilustrar como, no domínio público, em particular pelo trabalho realizado ou disponibilizado pela comunicação social, o debate educativo pode ganhar contornos de debate político.

Por um debate sustentado e participado

Apesar disso, estou em crer que tal não mais é que um fértil exercício textual, mais ou menos inócuo, mais ou menos inocente. Superficial, impulsionado pela veleidade do fugaz 'tópico do dia', este debate traduz-se num processo frívolo, infundado e inconsequente que só com muita boa vontade se poderia caracterizar como discussão política. Pese embora algumas das crónicas ou textos de opinião se baseiem num pensamento educativo, há, predominantemente, uma proliferação de posicionamentos pessoais – alguns com dados estatísticos ou com suporte teórico de outras áreas de conhecimento – que não possibilitam uma razoável solidez discursiva ou argumentativa.

Consequentemente, importa reconfigurar este padrão de reflexão, no espaço público. Para usar a expressão da Arendt, é, pois, fundamental que a discussão sobre política (educativa) se faça com corrimão. Este corrimão – isto é, os alicerces conceptuais que enquadram e suportam o nosso pensamento e discurso – ultrapassam, inevitavelmente, a reflexão política, económica e sociológica em sentido estrito, sendo necessária uma robusta estrutura de pensamento educativo.

Explicarei por outras palavras, destacando duas ideias. Em primeiro, considero que, dada a dimensão pública e a sua importância social, todas e quais-

Três eixos fundamentais para o posicionamento político em educação

Por esse motivo, para se desenvolver um posicionamento político sobre educação, é necessário implicar a nossa argumentação e discurso num pensamento mais amplo, assente em, pelo menos, três eixos: a educação; a dimensão política da educação; a dimensão pedagógica da política.

Efetivamente, não é viável o envolvimento num debate educativo sem se assumir um posicionamento sobre 'educação'. O conceito, por si só, é um conceito contestado. A redução da sua polissemia a uma definição única reduz a sua riqueza (e, acrescento, beleza). Mas é necessário, obrigatoriamente, assumir que a discussão política requer o esclarecimento sobre o que se entende como educação e qual o lugar que lhe é conferido nos múltiplos domínios (políticos, sociais, cidadãos, ecológicos, económicos, etc.). E simultaneamente convém recusar olhar para a educação como meramente instrumentalizada face a outras áreas ou outras finalidades. Sem tal posicionamento, todo o debate se tornará pantanoso.

Pelo discutido previamente, compreende-se que a educação e as experiências pedagógicas são, inevitavelmente, políticas. Existem diferentes motivos para justificar esta dimensão política da educação. Parece-me importante salientar quatro.

Em primeiro, a pluralidade de posições associadas à educação (ao conceito, às organizações escolares, à mediação didática, etc.). Como partilha Heywood, a política é interessante porque as pessoas discordam. Aliás, podemos igualmente argumentar que a ausência de discórdia, de alternativas de pensamento ou de formas diversas de agir corresponderia ao fim da própria política. Existem já posturas discursivas que, explícita ou implicitamente, visam reduzir a política da educação. Como exemplo, sublinho tentativas de se imporem modelos potencialmente univer-

salizáveis ou técnicas que decorrem de uma conceção educativa tecnocrática que visa assegurar a uniformidade de certos modos de atuação. Outros exemplos há, tanto associados a opções curriculares (com a predefinição detalhada não só do que ensinar como também de como ensinar), como a opções de formação inicial e contínua de professores (através de ações centralizadas predominantemente na atuação técnica dos profissionais). Estas visões e/ou opções localizam-se nos antípodas da reflexão educativa e do debate político, empobrecendo ambos. Por contrário, é na diversidade de concepções e discursos educativos e na pluralidade de modos de pensar os estabelecimentos escolares, as relações pedagógicas e as experiências curriculares que conseguimos enriquecer o debate educativo e, ainda, politizá-lo.

Como segundo fator, ainda que inevitavelmente associado ao anterior, destaco a dimensão moral da educação. Todo o processo educativo é, por definição, um processo moral. Esta dimensão moral da educação é inevitável por dois motivos. Por um lado, qualquer interação pedagógica alicerça-se em determinados valores. Facilmente compreenderemos que em contextos onde se valoriza a hierarquia e a obediência, as dinâmicas educativas serão substancialmente distintas daqueles contextos onde a democracia (enquanto valor) e a colaboração são privilegiadas. Por outro lado, mediante aqueles que são os princípios éticos que enquadram as diferentes experiências educativas, serão legitimados e promovidos distintos valores, mesmo que tal não seja explicitado ou previsto. Dada esta dimensão moral, há, então, um posicionamento ideológico associado à educação, às suas organizações e práticas. Como tal, implica-se também num processo político, porque posturas ideológicas diferentes promovem experiências curriculares particulares.

Os terceiro e quarto pontos afastam-se dos mencionados. Enquanto os dois anteriores se relacionavam com o próprio conceito, estes prendem-se mais com o seu contexto e finalidade. A educação (escolar) pressupõe um espaço público, de interação e diálogo. Não nos educamos sozinhos, nem circunscritos à

quer pessoas deverão ser incentivadas à participação, ao envolvimento e à partilha das suas perspetivas sobre a escola e os sistemas educativos. Inevitavelmente, e como induzi já em comentários anteriores, parece-me pouco adequado afastar os estudantes desta reflexão conjunta, dado que as crianças e os jovens são dos agentes mais implicados nos sistemas educativos, com uma perspetiva singular de quem os vive por dentro, no tempo presente. Como segundo ponto, e de acordo com o que estava a procurar explicitar no parágrafo prévio, a reflexão, para adquirir uma solidez que possibilite uma problematização e implicação política, não poderá reduzir-se a opiniões mais ou menos infundadas. Ainda que plural e ampla, a discussão política requer um maior fundamento conceptual, emergente de olhares atentos e de lentes singulares que permitem um entendimento educativo multiperspetivado. Requer, portanto, um olhar sobre estes sistemas, organizações e profissionais que, ainda que dialogue e se apoie em outras áreas do conhecimento, emerge, sobretudo, de alicerces que são gnosiológica e ontologicamente educativos.

esfera doméstica. Educamo-nos na interação com outros, na partilha de tempos e espaços com outros, no diálogo com outros. Desprotegidos das paredes do espaço doméstico, em educação: vemos, somos vistos; ouvimos, somos escutados; participamos num grupo que ultrapassa as barreiras do privado. Há, portanto, uma dimensão pública da educação, pela qual diferentes agentes se envolvem e implicam, em que cada criança ou jovem é um agente participante nos processos formativos, não um sujeito privado e isolado. Esta dimensão (profunda e genuinamente) pública da educação ajuda-nos, igualmente, a melhor compreender a sua dimensão política.

O último aspeto que me parece fundamental destacar decorre do anterior e prende-se com a transcendência – no espaço e no tempo – das repercussões educativas. A educação importa. Para os economistas, a educação é um eixo fundamental do desenvolvimento de um país. Para os pedagogos, a educação é um elemento fundacional na maturação de cada criança e jovem, com inegável relação com a construção da sua identidade. Outras correntes optarão por outras prioridades. Ainda assim, seja qual for a postura assumida, é imperioso reconhecer que a influência da escola (enquanto sistema e organização) não é uma influência circunscrita ao tempo em que cada com ela interage, é uma influência que se prolonga no tempo longo; que as repercussões das dinâmicas escolares não se reduzem ao espaço escolar, mas ultrapassam as paredes de cada estabelecimento de ensino e são levadas para o mundo. Por esse motivo, a educação importa muito, importa muito para todos, porque pode ajudar a imaginar, a almejar e a construir um melhor futuro. Esta dimensão utópica da educação – que decorre dos três aspetos anteriores – torna-a, inevitavelmente, política, dado que poucas questões serão inerentemente mais políticas do que ponderarmos sobre que futuro queremos construir em conjunto.

O último eixo que importa discutir – a dimensão pedagógica da política (educativa) – poderá ser mais evidente, contudo creio que tem de aqui ser abordado. Estou certo que não teremos dúvidas de que há políticas que, pela sua natureza, assumem uma dimensão pedagógica. Como exemplo ilustrativo, temos as políticas curriculares – que, por exemplo, definem as componentes curriculares de cada ciclo ou os seus tempos mínimos – ou a definição política dos cursos da formação inicial de professores. O meu propósito não é salientar esse ponto. Ao mesmo tempo, não pretendo argumentar – neste texto – que todas as políticas apresentam uma dimensão pedagógica. O meu foco é explicitar que, no domínio das políticas educativas, todas elas – mesmo aquelas que parecem mais focadas em aspetos burocráticos, institucionais ou de carreira – têm uma dimensão pedagógica.

Assumir que os estabelecimentos de ensino devem ter autonomia institucional tem, inevitavelmente, um pensamento pedagógico associado. Neste caso, baseado na ideia de que as dinâmicas organizacionais são, também elas, educativas, pelo que a autonomia institucional é necessária, ainda que insuficiente, para desenvolver estratégias organizacionais pedagogicamente fundadas. A rotatividade dos docentes entre escolas pode, por exemplo, ser justificada pela valorização da diversidade de perspetivas, ao longo do percurso educativo dos estudantes, mesmo que tal se possa traduzir numa sequência vertical menos articulada. A exaltação dos exames nacionais, no Ensino Secundário, não se traduz, apenas, em lógicas de equidade no acesso ao Ensino Superior ou de maior exigência formativa (aliás, só este conceito é, por si, pantanoso). O exame no final de ciclo – aliás, quem acompanha as escolas poderá afirmar que a mera existência de provas de aferição também o faz – é já altamente condicionador das práticas pedagógicas dos professores, no modo como os jovens entendem as diferentes componentes do currículo e se implicam nas aulas, da forma como as escolas se organizarão ao longo do ano letivo, entre outros. Por fim, até a definição das componentes curriculares que pressupõem um exame obrigatório não é nem ideológica nem pedagogicamente neutra, e refletir-se-á, em muito, nas dinâmicas educativas e nas aprendizagens dos jovens.

(Re)Imaginar e (re)construir

Para contrariar tal superficialidade no espaço mediático, urge reequacionarmos três ideias:

O campo de reflexão, discussão, intervenção e participação educativa é um campo específico, singular e especializado. É inadequado procedermos a qualquer discussão sem uma verdadeira implicação dos seus agentes – estudantes, docentes, diretores, psicólogos escolares, educadores/técnicos sociais que trabalham nas escolas, assistentes operacionais, investigadores, etc. –, caso contrário aqueles serão reduzidos a uns meros espectadores ou consumidores políticos e não contemplados como agentes sociais de pleno direito. Não ousamos assumir um discurso paternalista de quem, externamente e apenas com alicerces teóricos ou empíricos estranhos às realidades escolares, tece textos a explicar como as escolas e os seus profissionais devem agir.

Precisamos, então, de um discurso que emergja das realidades escolares, que reflita o pensamento, anseios e necessidades dos diferentes agentes desses contextos. Precisamos, por isso, de ser céticos em relação a textos que, analiticamente, discutem as políticas educativas, partindo de referenciais – normalmente de dados estatísticos – provenientes de realidades externas, que mais não fazem do que contribuir para simplificações (por vezes aberrantes) das realidades escolares.

Os sistemas educativos, as escolas, os profissionais e os processos didático-curriculares são, inevitavelmente, politizados, pelo que devemos evitar conceções e propostas tecnocratas, que procuram reduzir a educação a uma atividade somente laboral, como se de uma qualquer prestação de serviços se tratasse. Nesta sequência, temos de legitimar os docentes como intelectuais públicos (para utilizar a proposta de Giroux), isto é, como profissionais que assumem um compromisso sistemático de crítica face à sua atuação educativa, mas que também implicam a sua reflexão em relação a contextos sociais e políticos mais amplos, reconhecendo que a sua ação profissional corresponde a uma forma de intervenção política.

Nesse sentido, necessitamos de assumir, de forma transparente, que as escolas são, elas mesmas, territórios de discussão, deliberação e participação política, não se devendo encontrar re-féns das decisões tomadas pela tutela. Não o escamoteemos, antes legitimemos, saudemos e promovamos essa mesma participação, abraçando os valores democráticos da pluralidade e do diálogo.

As políticas educativas correspondem, inevitavelmente, a posicionamentos pedagógicos, implícitos ou explícitos. Procurar criar, artificialmente, uma separação entre os dois domínios corresponde a um artifício discursivo que empobrece qualquer discussão. Não abarquemos em ilusões: tentar intervir politicamente no sistema educativo sem um enquadramento das posições pedagógicas assumidas – que requerem um pensamento humano, moral, curricular, didático, etc. – subverte toda e qualquer razoabilidade, descaracterizando o sistema, as suas organizações, as suas dinâmicas e os seus agentes.

Precisamos, então, de ser exigentes. De recusar quaisquer posturas que não entendem estes diferentes aspetos como interconstitutivos e interdependentes.

Estas três ideias são, certamente, insuficientes para se compreender a complexidade associada às políticas educativas e suas possíveis repercussões nos sistemas. Poderão, ainda assim, ajudar a, através delas, reconhecer-se a inevitabilidade de a ação político-educativa assumir uma perspetiva de mundo melhor, mais belo, mais humano.

Não desanimemos, reivindicuemos o lugar da escola (e, por isso, das políticas educativas) como um lugar político que ajuda a (re)imaginar e a (re)construir utopias.

Assuma-se, então, uma ideia que me parece fundamental: a discussão, pública, sobre temas de educação é, democraticamente, uma necessidade e um valor por si. Porém, a reflexão sobre políticas (educativas) sem um corrimão conceptual mais amplo é uma ingenuidade (na melhor das hipóteses) ou um subterfúgio ardiloso (na pior das hipóteses), pelo que, naturalmente, se substanciará num esforço inconsequente, incapaz de se estabelecer como um constituinte político sério e comprometido. Uma qualquer postura discursiva que ignore este tríptico é teórica e politicamente inconsistente, porque retira do seu conteúdo os elementos nucleares que se esperam do pensamento e ação educativa como uma intervenção política ou, então, da participação política como inevitável forma de intervenção pedagógica.